

GEOGRAFIA E GÊNERO: UMA DESOBEDIÊNCIA NO CAMPO GEOGRÁFICO?

*GEOGRAPHY AND GENDER: A
DISOBEDIENCE IN THE FIELD OF
GEOGRAPHY?*

*GEOGRAFÍA Y GÉNERO: ¿UNA
DESOBEDIENCIA EN EL CAMPO
DE LA GEOGRAFÍA?*

Patrícia Helena Milani
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul,
Campus de Três Lagoas
patriciah.milani@gmail.com

Resumo: A ciência geográfica, enquanto um campo de poder, é produzida por pessoas corporificadas e posicionadas no espaço e no tempo. Pensam, pesquisam, falam, escrevem a partir de um corpo, são possuidoras, portanto, de: raça, gênero, classe social, origem espacial, sexualidade; e todos esses elementos que se interseccionam no espaço e no tempo são neutralizados no fazer científico, tanto dos que pesquisam quanto dos que são pesquisados. Apresentamos neste texto algumas questões que tensionam o fazer científico geográfico androcêntrico que se reproduz sob o discurso da objetividade e da neutralidade. Isso invisibiliza processos, fenômenos e sujeitos sociais produtores de espaço, cujas práticas e vivências cotidianas detêm a potencialidade de anunciar experiências múltiplas e complexas tendencialmente silenciadas sob a hegemonia das análises econômicas. Este texto trata-se de uma reflexão derivada da participação na Mesa “Devir geográficos: debates interseccionais de gênero, raça e classe”, que ocorreu durante o VIII CBG.

Palavras-chave: Geografia feminista, Gênero, Poder, Metodologia qualitativa.

Abstract:

Geographical science, as a field of power, is produced by people who are embodied and positioned in space and time. They think, research, speak, write from a body, and therefore possess: race, gender, social class, spatial origin, sexuality; and all these elements that intersect in space and time are neutralized in the scientific work of both those who research and those who are researched. In this text, we present some issues that put pressure on the androcentric scientific approach to geography, which is reproduced under the discourse of objectivity and neutrality. This makes invisible processes, phenomena and social subjects who are producers of space, whose everyday practices and experiences have the potential to announce multiple and complex experiences that tend to be silenced under the hegemony of economic analysis. This text is a reflection derived from participation in the Table “Becoming geographic: intersectional debates on gender, race and class”, which took place during the VIII CBG.

Keywords: Feminist geography, Gender, Power, Qualitative methodology.

Resumen:

La ciencia geográfica, como campo de poder, es producida por personas encarnadas y posicionadas en el espacio y el tiempo. Piensan, investigan, hablan y escriben desde un cuerpo, y por lo tanto poseen: raza, género, clase social, origen espacial, sexualidad; y todos estos elementos que se entrecruzan en el espacio y el tiempo son neutralizados en el trabajo científico tanto de quienes investigan como de quienes son investigados. En este texto presentamos algunas cuestiones que ponen en tensión el enfoque científico androcéntrico de la geografía, que se reproduce bajo el discurso de la objetividad y la neutralidad. Esto invisibiliza procesos, fenómenos y sujetos sociales productores del espacio, cuyas prácticas y vivencias cotidianas tienen el potencial de anunciar experiencias múltiples y complejas que tienden a ser silenciadas bajo la hegemonía de los análisis económicos. Este texto es una reflexión derivada de la participación en la Mesa “Convertirse en geográficos: debates interseccionales sobre género, raza y clase”, que tuvo lugar durante el VIII CBG.

Palabras clave: Geografía feminista, Género, Poder, Metodología cualitativa.

Introdução

Exploro neste texto algumas ideias debatidas na mesa redonda “Devir geográficos: debates interseccionais de gênero, raça e classe”, que ocorreu durante o VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos – CBG. A presença deste tema e a reunião de pessoas interessadas neste debate já considero de avanço para a geografia brasileira, haja vista o consolidado espaço de enunciação que representa este evento.

No âmbito acadêmico, enquanto docente, sempre me questioneei quem escreve os textos (artigos e livros) que lemos, debatemos e utilizamos como bases em nossas aulas e pesquisas, seja na graduação ou na pós-graduação. Perguntas que já me fazia desde os tempos de estudante, mas não alimentei essas inquietações por vários motivos: falta de tempo – eu considerava desperdício diante das tantas demandas da universidade e de certo modo também por insegurança em questionar ideias, posições e práticas tão consolidadas no meio acadêmico.

A ciência é produzida por pessoas corporificadas, que produzem em algum lugar. Pensam, falam, escrevem a partir de um corpo, são possuidoras, portanto, de: raça, gênero, classe social, origem espacial, sexualidade; no entanto, essas dimensões quase sempre são neutralizadas na produção científica, ainda que o gênero seja uma forma primeira se significar as relações de poder (Scott, 1989).

Em um levantamento de 60 ementas de disciplinas de Epistemologia, em 60 cursos de pós-graduação no Brasil, as pesquisadoras identificaram que 90,3% eram masculinas e 9,7% femininas (César, 2019). Em uma análise qualitativa do material, as

obras de autoria femininas eram em maioria de normas de escrita e guias de formatação de trabalhos científicos, ou seja, pouca presença de textos, escritos de pesquisadoras mulheres¹ que apresentassem conceitos, ideias e noções a serem trabalhadas nas disciplinas, a partir de um corpo feminino – tudo isso sob o viés discursivo da neutralidade científica, descartando a ideia de que o sujeito da ciência é sexuado (Irigaray, 1987).

Há diversas hierarquias na produção e disseminação científica da geografia brasileira (Silva et al, 2009; Cesar, 2019), hierarquias de temas, conceitos, noções e metodologias de pesquisa, com ênfase principalmente nas metodologias positivistas que enfatizam a objetividade. Também existem desigualdades de acesso aos espaços de enunciação, ou seja, de divulgação de ideias, conceitos e resultados de pesquisas, espaços que se materializam geralmente nas publicações em periódicos de maior Qualis – classificação da CAPES, em mesas redondas dos eventos e vagas de docentes (ainda ocupadas por homens, em maioria). Há hierarquias também em relação aos temas a serem pesquisados de modo que aqueles relacionados a gênero, raça e sexualidade ainda são menos relevantes²– mesmo com significativa ascensão.

Outra inquietação que se combina com o exposto e integrará o debate desenvolvido neste texto, se refere as visões universalizantes que predominam nas pesquisas³, como se as noções e conceitos tivessem sido elaborados de forma neutra e fossem

¹ Negras, brancas e transgêneros.

² Como comprovaram as pesquisas de César (2015, 2019).

³ Autoras como McDowell e Sharp (1997) argumentam que a ideia da universalidade do conhecimento difundido como neutro é apenas um conjunto de ideias sobre a verdade da humanidade que foi especificamente masculina e branca.

intransponíveis, inquestionáveis. A história, tende a ser escrita (inclusive a espacial) como se as posições normativas fossem produto de um consenso social e não de conflitos⁴ (Scott, 1989).

Minha principal inspiração para esse debate são as proposições da epistemologia feminista, cujos pilares incentivam ao questionamento e a contestação dos lugares hegemônicos de fala, com base nos quais o pensamento é produzido (Rea, 2018). A universalidade se torna reducionista (Haraway, 1995), inclusive quando uma linguagem é imposta como parâmetro para todas as traduções e conversões⁵, o que vejo frequentemente em meu cotidiano acadêmico, de maneira naturalizada inclusive.

O texto está organizado em duas seções. Na primeira evidencio a tradição epistemológica masculina e os elementos que disso deriva na produção científica geográfica, mesmo diante da crescente feminização no campo científico. Para isso utilizei principalmente os dados das pesquisas de Cesar (2015 e 2019) e Silva (2019, 2020). Na segunda seção desenvolvo algumas possibilidades de “fissuras” em relação ao fazer científico tradicional, que pelo discurso da neutralidade esconde as dimensões machista, branca, elitista e heteronormativa, que muitas vezes se distancia das próprias realidades vividas cotidianamente pelos estudantes (em suas múltiplas dimensões que envolve sobretudo sexualidade,

⁴ O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política, na ciência e em tantos outros âmbitos da sociedade, construindo e reforçando relações de poder naturalizadas. Essas relações desiguais de poder apresentam hierarquias que produzem desigualdades socioespaciais. Não basta estudar as mulheres, é preciso investigar as relações sociais entre os gêneros.

⁵ Esta é a fantasia mortal que as feministas e outros identificaram em algumas versões das doutrinas de objetividade a serviço de ordenações hierárquicas e positivistas a respeito do que se pode ter validade como conhecimento, assim evidência-nos Haraway (1995, p. 17).

gênero, raça e classe social), os quais precisam e necessitam não apenas estarem nas universidades, mas que suas realidades, corpos, condições e posições espaciais e sociais sejam parte de uma ciência em *devenir*.

Para isso apresentamos alguns pilares da epistemologia feminista, no sentido de apresentar uma corrente de pensamento e de fundamento de método que coexista com as geografias já existente e consolidadas no âmbito científico-acadêmico. Reforço ainda, que não se trata de um texto em que apresento resultados de pesquisa⁶, mas nele desenvolvo reflexões e ideias debatidas, tanto durante a mesa redonda, quanto durante outras atividades do evento como nos EDPs – Espaços de Diálogos e Práticas, em que a horizontalidade das conversas permitiu muitos avanços neste sentido.

Tradição, poder e “neutralidade” no fazer científico geográfico

Por que os temas de gênero e sexualidades são pouco visíveis na Geografia Brasileira?⁷ Por que tendemos, no tradicional fazer geográfico, a homogeneizar as pessoas em uma massa incorpórea⁸

⁶ Uma pesquisa é mencionada ao longo da segunda seção, cujas discussões, narrativas e trechos do diário de campo são trazidos para este texto. A pesquisa investigou o cotidiano de mulheres que ocupam cargos e exercem trabalhos socialmente representados como masculinos. Tivemos como principal instrumento metodológico a realização de entrevistas, acompanhadas de observações, estas últimas sistematizadas em um caderno de campo, com as descrições dos momentos das entrevistas.

⁷ Mesmo com algumas conquistas, a abordagem de gênero na geografia brasileira é limitada, quando comparada ao expressivo avanço obtido nos países anglo-saxões, sobretudo a partir da década de 1990 (Silva, 2007).

⁸ Qualquer ciência, cujo foco de análise seja as relações humanas, deve ter em conta que a humanidade não é uniforme, que a diferença entre homens e mulheres é uma

(Ramos e Milani, 2022) e muitas de modo majoritário considerar que a única forma de diferenciação seja a econômica?⁹ Negligenciando, quase sempre, as questões relacionadas a gênero, raça e sexualidade dentre tantas outras dimensões que se interseccionam no tempo e no espaço, como essas categorias funcionam nas relações sociais humanas acirrando diferenças e produzindo diferenciações.

Se todos somos espaciais, por que nem todos somos estudados de modo sensível às diferenças que marcam as experiências¹⁰ socioespaciais? Por que predomina a forma de escrita impessoal, como se os pesquisadores e pesquisadoras estivessem fora de seus contextos de pesquisa? Como se seus corpos não tivessem influência na produção de informações em campo, por exemplo. As perguntas são muitas, coloco aqui algumas delas para guiar o debate desenvolvido acerca das hierarquias e relações de poder que caracterizam, ainda que naturalizado, a produção dos conteúdos geográficos.

Por outro lado, desenvolver abordagens que não são comuns em uma determinada comunidade científica não é tarefa fácil, porque isso implica em desconstruir tradições conceituais já consolidadas (Silva et al, 2009). Combinado a isso, uma comunidade científica

das principais categorias de análise, que permeia todas as sociedades (Silva et al, 2009).

⁹ No interior do marxismo (corrente de pensamento muito presente na geografia brasileira), o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem o seu próprio estatuto de análise (Scott, 1989).

¹⁰ As experiências estão vinculadas ao sentido experiencial e corporal que vincula elementos mentais, físicos, imaginários e espaciais e dão sentidos a uma experiência de lugar, entendida como a possibilidade ilimitada de relações em um espaço físico limitado (Mongin, 2006).

partilha de consensos em termos de formas de compreensão da realidade e isso cria hegemonias conceituais e metodológicas difíceis de serem enfrentadas (Silva et al, 2009).

Ainda há, em todos os espaços de enunciação, o predomínio da presença masculina. Em um levantamento realizado em 2015 havia 1093 docentes atuando em Programas de Pós-graduação em Geografia no Brasil, sendo 60% homens e 40% mulheres (Cesar, 2015). Há uma hegemonia masculina, segunda a autora, também em relação às bolsas de maiores níveis – pós-doutorado e produtividade – sendo justamente nestes níveis acadêmicos em que ocorre maior quantidade de publicações derivadas de pesquisas científicas.

Essa hegemonia se reproduz no número de publicações de artigos em revistas científicas de maior Quali-Capes e tendencialmente maior alcance entre leitores, revistas que também possuem em maioria de seus comitês editoriais homens¹¹. Diante dos dados mostrados pelas pesquisadoras podemos inferir que a geografia brasileira é androcêntrica¹², uma perspectiva masculina predomina tanto nos enunciados científicos como na base conceitual e metodológica da produção geográfica brasileira (Silva et al, 2016).

¹¹ Nos conselhos editoriais a média é de 20% de mulheres de ocupam posições centrais nos processos decisórios de produção científica (Silva et al, 2009) – ainda que esse dado careça de atualização, neste texto é nosso ponto de partida.

¹² Foram levantados 17.636 artigos científicos de 90 periódicos online da Geografia brasileira no período de 1974-2015 e também a composição dos corpos docente e discente de 60 programas de pós-graduação brasileiros por Cesar (2019). Além disso, foram analisadas as ementas da disciplina de epistemologia da Geografia que compõe o projeto pedagógico dos referidos programas, como já mencionamos na Introdução deste texto. Constatou-se que os homens detêm maior prestígio acadêmico e que usufruem dessa posição pelos traços androcêntricos mantidas nas práticas do fazer científico, bem como nas concepções teóricas.

O androcentrismo embutido no discurso de neutralidade científica, reforça as ausências de sujeitos sociais, temas, problemas e metodologias de pesquisas. Segundo um levantamento da produção científica geográfica brasileira, envolvendo as temáticas de gênero, sexualidade e raça entre 1974 e 2015¹³ do grupo GETE¹⁴ (Grupo de Estudos Territoriais): 0,41% tratam da temática sobre raça, 0,43% sexualidades, 1,25% sobre gênero e 97, 71% demais temas. Isso em um país em que 56,7% da população não é branca (IBGE, 2024), 2% da população adulta brasileira é formada por pessoas transgêneros ou não-binárias, isso equivale a cerca de 3 milhões de indivíduos (FMB/Unesp)¹⁵, 12% de pessoas maiores de 18 anos que se declaram LGBTQIA+, correspondendo a 19 milhões de brasileiros de acordo com dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Todos vivem espacialmente, mas nem todos em suas particularidades e corporeidades são estudados na geografia, em suas experiências socioespaciais diferentes, uma vez que o campo científico mais tradicional, os enunciados conceituais que predominam, sobretudo na geografia humana, criam invisibilidades,

¹³ Os artigos foram retirados de 90 periódicos on-line, classificados pelo sistema Qualis Capes A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 com base no triênio 2013-2015.

¹⁴ Criado em 2003 e coordenado pela professora Joseli Maria Silva (UEPG).

¹⁵ Pesquisa realizada em 2021 pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (FMB/Unesp). Fonte: <https://www.terra.com.br/nos/dia-das-pessoas-nao-binarias-7-influencers-para-seguir,ca1f9ee9a9fc70a5974909412a7731aaj8fj67e9.html#>. Acesso em 08 de outubro de 2024.

isso dificulta nossa capacidade em fazermos perguntas no campo geográfico.

Se fortalecem temas centrais (convencionais) e formas de abordagem por um lado e por outro os “condenados pela ciência” (Silva et al, 2015), ou seja, determinados sujeitos sociais, temas, perguntas e metodologias permanecem na periferia da produção científica geográfica numa intensa (e naturalizada) rede de relações de poder na academia brasileira, que dificulta questionamentos aos conceitos dominantes para abalar este poder e no limite transformá-los (Scott, 1986).

As possíveis respostas aos questionamentos que iniciamos essa seção, têm, sem dúvidas relações com os dados mostrados e o panorama brevemente evidenciado, o que reforça, em muito, a reprodução de um fazer científico majoritariamente baseado em conceitos, noções e métodos tradicionais, reproduzindo uma leitura de realidade que pouco oferece abertura para enxergar, ler e interpretar o diverso, as muitas corporeidades que produzem e reproduzem espaços cotidianamente.

O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalam primeiro o compromisso do (a) pesquisador (a) em considerar cientificamente que as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos (Scott, 1989). Por outro lado, quando há o debate de gênero na geografia brasileira há uma tendência em colocá-lo em um domínio separado, quase sempre sob o rótulo “estudo das mulheres”, sendo gênero sinônimo de mulheres e não a todas as relações de poder intrínsecas às relações socioespaciais.

Proponho pensar o gênero enquanto uma categoria de análise e um debate integrado ao político, econômico¹⁶ e cultural, para assim pensarmos sobre as possibilidades de fortalecimento da corrente feminista na geografia, que caminhe concomitante às demais linhas de pensamento e interpretações dos espaços e dos sujeitos sociais. Não há política sem corpos, não há corpos não políticos e não há corpos não marcados pelo gênero (Freitas e Gonçalves, 2021).

Sustenta-se que é o capitalismo e seu desenvolvimento que determinam nossa compreensão e nossa experiência do espaço. Mas isso, com certeza, é insuficiente. Entre as muitas outras coisas que influenciam claramente essa experiência, há, por exemplo, raça e gênero. O quanto podemos deslocar entre países, caminhar a noite pelas ruas ou sair de hotéis em cidades estrangeiras não é apenas influenciado pelo “capital”. Pesquisas mostram de que a mobilidade das mulheres, por exemplo, sofre restrições - de inúmeras maneiras diferentes, da violência física ao fato de ser assediada, ou de ser simplesmente obrigada a sentir-se “fora do lugar” - não pelo “capital”, mas pelos homens (Massey, 2000, p. 178).

De forma bastante preliminar, inclusive como hipótese em desenvolvimento, propomos o conceito de interseccionalidade enquanto fundamento de método nas pesquisas feministas. Os conceitos e noções que embasam as leituras, interpretações e compreensões de realidade tenham no mínimo as três dimensões, sem desconsiderar suas existências ou as sobrepor, para assim

¹⁶ O seu uso rejeita as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna uma maneira de indicar as “construções sociais” - a criação social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres (Scott, 1989).

fortalecer uma linha de pensamento menos universalizante e generalizadora sobre as múltiplas realidades socioespaciais de sujeitos que coexistem espaçotemporalmente.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos (...) (CRENSHAW, 2002, p. 177)

A alternativa possível não é deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas, em contrapartida, mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho e algumas das questões que colocamos (Scott, 1989). A autora propõe examinar atentamente os nossos métodos de análise, rever as nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança se dá. “Em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados” (Scott, 1989, p.20).

É evidente que escolhemos problemas concretos para estudar e esses problemas constituem começos ou tomadas sobre processos complexos, mas são processos que temos que ter sempre presentes em mente. Temos que nos perguntar mais frequentemente como as coisas aconteceram para descobrir por que elas aconteceram (Scott,

1989, p.20). A questão econômica, política¹⁷, mas também as questões de gênero, raça e as tantas outras dimensões que nos marcam (individual e coletivamente) são meios de compreendermos as relações complexas entre as diversas formas de relações humanas, dentro, sim, do sistema capitalista de produção e dessa lógica econômica vigente e operante, que combinada aos outros eixos geram diferentes experiências de vida, de tempo e de espaço – produzindo diferenças na produção espacial em uma constante relação desigual de poder.

Epistemologia feminista e as possibilidades de coexistências na ciência geográfica

Como discutimos em outros momentos, a geografia feminista não remete unicamente à temática de gênero e abordar gênero nas pesquisas geográficas não está diretamente ligado ao fazer científico feminista (Milani, 2022). O feminismo, na prática acadêmica é uma perspectiva subversiva mais ampla, baseando-nos em Doreen Massey, ser uma geógrafa feminista compreende pensar sobre a produção do conhecimento, as relações políticas e de poder, inerentes ao processo de constituição da imaginação geográfica e de seu processo de legitimação (Silva et al, 2017).

A estrita relação entre conhecimento e política constitui, assim, a base da epistemologia feminista e de outras perspectivas epistemológicas que questionam a imagem pretensamente

¹⁷ As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e feminino (Scott, 1989, p. 26).

despolitizada e descontextualizada da construção ocidental e moderna da objetividade científica¹⁸ descorporificada (Rea, 2018). O mito do saber científico objetivo, pretensamente neutro, institui as hierarquias que organizam as dualidades, opondo o bem e o mal, o homem e a mulher, o superior e o inferior, a razão e a emoção, a sociedade e a natureza, o negro e o branco, por exemplo (Silva et al, 2009, p. 57).

A proposta de Haraway (1995), que assumimos, é questionar as doutrinas de objetividade que ameaçam nosso nascente sentimento de subjetividade e a atuação histórica coletiva e nossas versões “corporificadas” da verdade. Por isso, ela defende uma contraposição às “visões de cima”¹⁹ e universalizantes, propondo uma visão parcial desde algum lugar. Isso nos direciona a pensar a relação entre o universal e o particular que permite a elevação da experiência masculina branca ao nível da generalidade e a redução das experiências femininas, gays, lésbicas, negras, a posição do indivíduo sempre como menos importante nas narrativas geográficas e nos espaços de enunciação.

A pesquisa concreta se faz por meio de pesquisadores e pesquisadoras que possuem corpos, histórias de vida, raça, gênero, corpo, sexualidade, posição política e ocupam espaços, portanto, estão inseridos e produzem múltiplas relações de poder. Não há um

¹⁸ A utilização da linguagem sexista é um aspecto fundamental para compreender a ocultação das mulheres no discurso científico, já que é por meio da linguagem que a humanidade se comunica, constrói e interpreta a realidade social, sendo, portanto, necessário que se desenvolva uma crítica em torno da linguagem androcêntrica, fortemente difundida nos planos pedagógicos da Geografia Brasileira (Silva et al, 2009, p. 56).

¹⁹ Visão de sobrevoos, segundo Souza (2007).

“pensador puro”, neutro. Desde o processo de construção do objeto de pesquisa, cada escolha é posicionada, intencional e isso tem relação com aspectos dos pesquisadores e seus sistemas de valores.

Quem pesquisa são sujeitos corporificados, questão muitas vezes negligenciada, tanto na concepção dos corpos pesquisados, no processo de produção do espaço, quanto dos corpos dos pesquisadores e pesquisadoras, invisibilizados inclusive nos “trabalhos de campo” em que, sob a égide da neutralidade, tudo vêm, mas não são vistos.

O fato de que também são vistos e representados pelas pessoas que pesquisam pouco é considerado, da mesma forma em que as informações produzidas, pelas entrevistas, por exemplo (para citar um instrumento metodológico), são derivadas das relações sociais que se estabelecem entre pesquisadores e pesquisados, isso exige sensibilidade dos primeiros aos efeitos que causam nas pessoas pesquisadas (Baylina, 1997). Mais uma vez, pouco se fala sobre isso nos percursos acadêmicos de pesquisa, poucas reflexões encontramos acerca das implicações políticas e sociais dos trabalhos de campo.

O conhecimento posicionado implica reconhecer nossa capacidade de produzir um saber que se faz de determinada situação e de se responsabilizar por ele, conseguindo explicitar cada ação investigativa (Haraway, 1988). Isso coloca em xeque a existência desse sujeito possuidor de uma linguagem universal – incorporada e naturalizada pelos estudantes de modo pouco crítico, haja vista também o pouco espaço de debates sobre isso nos grupos de pesquisa e nas aulas.

As disciplinas, de modo geral, são pensadas ainda nos moldes de “transferir conhecimentos²⁰” científicos com pouco enfoque em como esses conhecimentos foram produzidos, em que contextos históricos, espaciais foram elaborados, quem são as pessoas que escreveram e escrevem, de onde escrevem, seus corpos (gênero, raça sexualidade, classe social), tudo isso fica em camadas subalternas e escondidas, neutralizando interesses, ideologias, posições e jogos de poder na produção científica, facilitando sua própria reprodução continuada nas universidades, práticas e estruturas que sustentam as formas convencionais de se fazer a ciência geográfica.

Em uma crítica feita por Massey (1991) a Harvey (1989)²¹ e Soja (1989), ela afirma que os autores fazem uma consideração simplista de que as relações de poder e políticas estão apenas em torno do capitalismo, deixando de lado outras importantes dinâmicas de sexismo, racismo e homofobia, reduzindo tais processos como simples efeitos secundários do sistema capitalista.

Nesse mesmo sentido, Halberstam (2022), também constrói uma crítica à “Condição pós-moderna” escrita por Harvey, assim como em relação a outras pesquisas canônicas sobre “geografia pós-moderna” como Edward Soja e Fredric Jameson, os quais excluíram

²⁰ Para utilizar uma expressão de Paulo Freire (1968), em que discute (e critica) a educação bancária.

²¹ A crítica de Doreen Massey foi em relação a duas obras do final dos anos 1980: Condição pós-moderna de David Harvey (1989) e Geografias pós modernas de Edward Soja (1989). Para Massey (1991) além de os autores assumirem uma universidade de subjetividades e processos sociais, os sujeitos sociais apresentados por esses autores são descorporificados em termos de raça e gênero, sendo que os autores assumem um sujeito genérico: ocidental masculino, branco e heterossexual. Na crítica, Massey ainda afirma que para livros que se aventuram a discutir a pós-modernidade, deveriam contemplar sujeitos que não fossem protagonistas da modernidade (SILVA et al, 2017, p. 18).

gênero e sexualidade como categorias de análise. Essa exclusão fundacional que designou a sexualidade ao corpo/local/ pessoal e tomou a classe/global/política como seu próprio quadro de referência, dificultou a introdução de questões relacionadas à sexualidade e ao espaço nos debates mais gerais (Halberstam, 2022). Segundo a crítica do autor, Harvey faz uma análise declaradamente materialista do tempo/espaço²² dedicada a compreensão dos processos encobertos do capitalismo, mas falta-lhe o desejo de descortinar os processos da heteronormatividade, do racismo e do sexismo.

Em relação ao gênero, raça e produção alternativa ou subcultural, portanto, a grande teoria de Harvey sobre a experiência do espaço e do tempo na pós-modernidade deixa intactas, tendenciosamente, as estruturas de poder da diferenciação (Halberstam, 2022). Assim como Jameson e Soja, Harvey apenas acena para a racialização e genderização do espaço pós-moderno, embora não adentrem neste debate como poderiam.

A posição de Massey, não apenas no texto “Flexible Sexism”, evidencia que essas outras dinâmicas não podem ser analisadas como sub-produtos, mas componentes dos processos de produção e reprodução social (Silva et al, 2017), marcadores de diferenças e fundamentais para a compreensão das realidades. Em um pensamento também crítico a essa visão marxista universalizante, Haraway (1995) afirma que o marxismo humanista foi poluído em sua origem pela sua teoria ontológica estruturante de dominação da

²² Apenas um enfoque único na história da classe trabalhadora branca e um conceito abstrato de capital podem dar origem ao tipo de organização esquemática que Harvey estabelece, no qual o tempo domina a consciência crítica e suprime uma compreensão da espacialidade (Halberstam, 2022, p. 290).

natureza na autoconstrução do homem e pela sua impotência para historicizar qualquer coisa que as mulheres fizessem que não fosse por salário. Reforça - se novamente o predomínio do campo econômico sobre os demais - gênero, raça, sexualidade – que interseccionados à classe permitem reflexões mais profundas e menos generalizantes, inclusive a resultados de pesquisas menos reprodutivos.

Nesse contexto, o suposto sujeito do saber universal e neutro revela-se, um sujeito sócio-histórico e politicamente situado, um sujeito hegemônico (Rea, 2018, p. 89), que fala e pensa a partir de seu lugar de poder, mas que impõem um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum (Haraway, 1995).

O que me preocupa, como debatemos em outro momento, é a naturalização e a pouca problematização dessas relações de poder nas pesquisas (ao menos pela minha vivência). Como se desenvolver a pesquisa e entregar os relatórios finais fossem as únicas necessidades vigentes, deixando de lado (relativamente) o processo de reflexão sobre a trajetória investigativa e a posicionalidade do pesquisador neste percurso, inclusive nos trabalhos de campo²³ (Milani, 2021) em que em muitas circunstâncias “confirmam” teorias.

Apresentamos alguns trechos do diário de campo acerca de uma pesquisa sobre o cotidiano de mulheres que ocupam cargos e

²³ Fizemos de modo significativo essa problematização também em outros textos – inclusive de modo pormenorizado. Ver: 1. GOES, E. M.; SPOSITO, M. E. B.; MILANI, P. H.; CATALAO, I.; MAGRINI, M. A. O.; ROXO, RAFAEL; SOUZA, M. V. M. Entrevistas com cidadãos: perspectiva para análise das práticas espaciais sob a lógica fragmentária In: GOES, E. M.; MELAZZO, E. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos**. Procedimentos, instrumentos e operacionalização. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, p. 71-122; 2. MILANI, Patrícia H.; GÓES, Eda M. Metodologia qualitativa na análise de práticas espaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **A construção de uma pesquisa em ciências humanas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022. p. 173-185.

exercem trabalhos socialmente representados como masculinos. Sem dúvidas, a nossa presença nos trabalhos de campo passou a compor o espaço que investigávamos, nossa corporeidade²⁴ foi representada e interpretada pelas pessoas que compunham aquele espaço de pesquisa, nos momentos em que estivemos presentes. O trecho do diário de campo foi escrito após a entrevista com Selma²⁵, de 38 anos, é policial, mãe de dois filhos adolescentes e divorciada.

Estávamos sentadas à mesa da cozinha (casa de Selma) para a entrevista, enquanto os dois filhos almoçavam ao lado, era por volta das quatorze horas de uma terça-feira. Selma enquanto falava comigo olhava os filhos e chamou atenção do menino que tinha esquecido de pegar feijão. Ela é policial, chega do trabalho por volta do meio-dia e faz o almoço e cuida dos serviços de casa, todos os dias, segundo ela.

Após terminarmos a entrevista Selma falou sobre o programa em que trabalha, de proteção às mulheres que sofrem violência doméstica, aproximadamente 400 mulheres são atendidas. Selma afirmou que não se trata apenas de dependência financeira, mas há muita dependência afetiva, o que dificulta bastante o processo de separação. “A forma como as mulheres são criadas fazem com que acreditem que não são capazes”, segundo ela, “desde sempre somos ensinadas a dependermos dos homens, casar-se, ter filhos e continuar nessa dependência”. A entrevistada contou que quando se separou já era concursada, mas sentia muito medo de não

²⁴ Ao trabalhar com a ideia de corporeidade defendo a perspectiva de mutabilidade e movimento em campo, que inclusive ultrapassa a ideia de corpo, entendido tradicionalmente como algo fixo (SILVA et al, 2013), e assumo a ideia de corporeidade, entendida como linguagem estrutural que transpassa o corpo, centrada nas práticas cotidianas (LINDÓN, 2012).

²⁵ Todos os nomes são fictícios. As entrevistas foram gravadas com a autorização das entrevistadas e transcritas, alguns resultados desta pesquisa podem ser vistos em Milani e Oliveri (2022).

conseguir manter a casa sozinha, não do ponto de vista financeiro, mas de perder o controle que o marido, que um homem estabelecia, para manter a ordem na casa, principalmente a disciplina dos filhos adolescentes.

Depois de mais ou menos dois anos de divórcio, Selma viu sua capacidade e vem se fortalecendo cada vez mais, acreditando em suas potencialidades, dentro e fora de casa. Inclusive falou muito sobre a criação da filha, que se distingue de como ela mesma foi criada, sobre a liberdade que a filha tem em relação ao seu próprio corpo, as roupas que usa, tatuagem, etc. Quando eu questionei se isso, se essa criação da filha aconteceria dessa forma se o marido ainda morasse na casa, Selma afirmou que não, categoricamente. Disse que o marido era controlador e que jamais deixaria a filha usar determinadas roupas que hoje usa; e mesmo hoje quando ele vê fotos da filha com short que julga curto, faz diversas críticas.

O que se coloca é algo muito profundo, muito enraizado, é um processo de formação libertária da mulher, de poder escolher o que quer (desde a roupa que veste), isso nunca foi uma possibilidade para as mulheres, a relação de dependência sempre foi constante: dependência de opiniões, dependência amorosa, dependência de companhia, dependência de aprovação (...). Me lembrei muito do livro o feminismo é para todos, na medida que esse processo é longo e nos exige tratamento profundo nas formas como mulheres e homens vivem e constroem a sociedade.

A entrevista com Selma mostra como a trajetória de vida (e tudo nisso envolvido) condiciona para a liberdade ou para a continuidade das opressões e da ordem machista na vida das mulheres, ela de certo modo “rompeu” com o próprio modelo de criação.

Interessante também observar como algumas respostas foram dadas em questões diferentes, por exemplo: quando perguntei se ela já tinha sofrido algum preconceito, assédio no trabalho, ela afirmou que não, mas em outros momentos contou casos/fatos, como por exemplo quando um líder do grupo disse, em curso de formação, que achava errado ter mulheres na polícia. Selma afirmou que

é normal ter essas pressões nos cursos militares, porém será que essas pressões e expressões em relação aos homens também são normalizadas?

A entrevista combinada à etnografia, para o desenvolvimento desta pesquisa, nos exigiu sensibilidade para apreender os vários papéis sociais que se misturam nas narrativas produzidas em entrevistas com mulheres: mães, profissionais, esposas, chefes de família etc.

A discussão de uma mulher sobre sua vida pode combinar duas perspectivas separadas, frequentemente conflitantes: uma está enquadrada em conceitos e valores que refletem **a posição dominante dos homens na cultura, e outra é informada pelas realidades mais imediatas da experiência pessoal de uma mulher**. Onde a experiência não ‘encaixa’ em significados dominantes, conceitos alternativos podem não estar disponíveis de imediato. Portanto, inadvertidamente, as mulheres costumam silenciar os próprios pensamento e sentimentos quando tentam descrever suas vidas nos termos familiares e publicamente aceitos de conceitos e convenções vigentes. Precisamos aprender a ouvir em estêreo, captando claramente tanto o canal dominante quanto o canal silenciado, e sintonizando cada um cuidadosamente para compreender a relação entre eles. (Anderson; Jack, 1991, p. 11, grifos nosso)

Do ponto de vista teórico das pesquisas, vemos que as ideias dos autores que compõem as referências bibliográficas podem tanto atuar para a aplicação de modelos já constituídos, como ajudar a liberar a reflexão de cada um. Dialogar com os autores e autoras não se resume ao exercício de utilizar suas conceituações para explicar ou interpretar todo o contexto empírico pesquisado, de forma encaixada, pouco dialógica e crítica.

O exercício de analisar teoricamente as informações produzidas em campo exige de fato uma pesquisa de livros e artigos de autores e autoras que nem sempre estão no centro do debate, isso significa que muitas vezes necessitamos acionar pesquisadores que pesquisam e escrevem das periferias do país, ou seja, fora dos grandes centros e universidades que concentram maiores recursos financeiros em pesquisas e são (quase sempre) aqueles que possuem amplos espaços de enunciação.

Nossas pesquisas podem tanto confirmar teorias como possibilitar os seus desdobramentos – inclusive a formulação de novas hipóteses e caminhos²⁶, a partir do tensionamento entre o aporte teórico existente e a realidade empírica pesquisada (e informações produzidas). Isso considerando a nossa posicionalidade desde a escolha do tema, construção do objeto de pesquisa (que já não é neutro), aos trabalhos de campo que envolvem nossas presenças corporais, toda subjetividade envolvida em determinadas realidades e relações pessoais e por fim, na redação da pesquisa, na forma como a apresentamos (Milani, 2021) aos leitores e leitoras. Se trata de falar de um lugar e desde um lugar com o que tudo isso representa (Baylina, 1997).

Por exemplo, pelo olhar (unicamente) a partir da teoria (ou de um conjunto de conceitos e noções previamente eleitos) um pesquisador pode considerar que o principal problema de uma determinada periferia seja a ausência de algumas infraestruturas (de maneira generalizante), em trabalhos de campo e o

²⁶ Adotar a perspectiva de gênero na geografia brasileira significa romper com tais generalizações e partir para análises centradas na pluralidade dos seres humanos, exigindo novos caminhos metodológicos (Silva, et al, 2009).

desenvolvimento de instrumentos metodológicos qualitativos, sobretudo de escuta dos sujeitos sociais moradores dessa periferia, pode-se identificar que os problemas mais graves e vivenciados por eles são outros, muito mais múltiplos e complexos, inclusive a depender do gênero, raça e idade dos entrevistados.

Isso sugere que o pesquisador precisa acionar outras autoras e autores que dialoguem de modo mais abrangente as possíveis análises dessas informações produzidas. Lógico que os problemas estruturais estarão presentes na periferia (e são problemáticos), mas além disso, o que foi possível descobrir? Apenas a apreensão do cotidiano, a escuta, a sensibilidade para com aqueles e aquelas que vivem determinados contextos socioespaciais consegue trazer para um debate mais complexo e interseccional.

A partir da observação de eventos do cotidiano, é possível gerar informações sobre a estrutura da sociedade que compõe aquela situação. Desses pequenos eventos, podemos verificar como funcionam estruturas maiores (Helene, 2018). É exemplo, neste sentido, outro trecho de nosso diário de campo²⁷.

Na portaria de um condomínio fechado em Três Lagoas (MS) para a realização de uma entrevista para uma pesquisa em andamento, conhecemos Joana, de 37 anos, moradora de um conjunto habitacional da periferia da cidade. Ela tem quatro filhos (mãe solo) e trabalha em duas residências como empregada doméstica, naquele condomínio. Trabalha em uma casa durante a manhã e em outra no período da tarde. Desta última, só sai após

²⁷ Fomos ao condomínio realizar uma entrevista, ligada à pesquisa citada anteriormente – sobre mulheres que exercem trabalhos representados como masculinos – porém, na saída do residencial encontramos Joana e em uma conversa “trivial do cotidiano” (Lefebvre, 1991), ela nos narrou parte da sua rotina de trabalho.

deixar o jantar preparado para a família (patrões), segundo seu relato. A distância média, do conjunto habitacional em que Joana mora do condomínio em que trabalha diariamente é de 11 quilômetros, que ela traça de bicicleta todos os dias.

Há muito tempo a geografia se ocupa com formas e estruturas em detrimento dos sujeitos (Lima, 2014), reforçando o apego à forma material bastante caracteriza da prática geográfica. A cena descrita, de um pequeno fragmento do cotidiano de Joana, nos permite analisar e articular estruturas espaciais e sociais, temas e questões centrais na geografia – mobilidade, periferização, feminização da pobreza, exploração do trabalho feminino, dentre tantas outras questões, cujas análises formais poderiam não ser suficientes.

O que as práticas espaciais de Joana enunciam? Luta, (re) existência diária, estratégias para viver e produz, cotidianamente seus próprios sentidos e significados de cidade, que diferirá das experiências de um homem ou de uma mulher que compõem outra classe social, por exemplo, reforçando a importância de se pensar a cidade a partir de como o gênero constrói experiências e oportunidades urbanas diversas (Freitas e Gonçalves, 2021).

Cenas como de Joana se reproduzem a todo momento, coexistem no espaço e no tempo das cidades, porém ainda é comum a desconsideração de fenômenos sociais que não possuem clara manifestação material. Ainda que essa conduta não deve-se à inexistência da dimensão espacial dos fenômenos desprezados, mas à limitação em problematizá-lo, tornando comum várias ausências e silêncios do discurso geográfico (Silva et al, 2009, p. 58).

Isso reforça o quanto algumas referências teóricas assumidas podem limitar ou mesmo impedir a formulação de problemas para as

pesquisas geográficas, a construção de objetos de pesquisa que não sejam os “tradicionalmente” mais pesquisados na geografia.

Em uma aula, narro enquanto docente da graduação em Geografia, falávamos sobre a territorialização da prostituição na cidade, utilizava na ocasião autoras e autores que nem sempre estão no centro dos discursos geográficos (não protagonizam os espaços de enunciação), alguns estudantes questionaram (positivamente) se o fenômeno debatido “era geografia”, porque haviam ouvido sobre isso na geografia e desconheciam os autores utilizados na aula. Os estudantes acharam interessante o tema, o debate, que inclusive abriu a possibilidade de formulação de outras questões; processos e sujeitos serem postos no centro daquele debate – quase sempre invisibilizados pelos discursos geográficos²⁸. Isso, ao mesmo tempo que esses corpos, que imprimem sentidos nas cidades, não são os corpos “universais” de uma suposta cidadania abstrata, mas sim corpos de carne, osso, gênero, raça, etnia, classe, sexualidade etc. (Davis, 2018).

Reconhecer a criação e legitimação das hegemonias de saberes corporificados é um traço fundamental da epistemologia feminista (Silva et al, 2017), contrapondo-se então a ideia de autores enquanto autoridades intransponíveis e não passíveis de diálogos, o que inclusive, muitas vezes marca uma exterioridade mecânica do sujeito

²⁸ Os currículos obrigatórios direcionam os conteúdos considerados geográficos e formam profissionais a partir de uma determinada concepção da ciência geográfica. Tal concepção cria um pretense campo notório de temas, que recebem a chancela da comunidade científica e, por sua vez, inibe os pesquisadores a ousar e desafiar as fronteiras do campo científico (Silva et al, 2009, p. 59).

pesquisador em relação ao seu objeto, estabelecendo uma mediação pela “bibliografia” selecionada e “aplicada” em suas interpretações.

A proposta dos saberes parciais, localizados e críticos não significa cair no essencialismo ou no identitarismo, mas partir de sujeitos situados, encarnados, sócio-politicamente e epistemologicamente localizados e diversos, cujas produções de conhecimento desafiam o cânone da suposta neutralidade e a pretensão de universalidade da epistemologia dominante (Rea, 2018, p. 90), e isso perpassa as etapas da pesquisa, em todo esse processo há uma pessoa corporificada.

Quanto aos estudos dos grupos sociais (mulheres, negros, homossexuais), vale também o esforço em não criar o “outro lado da moeda”, criar ou reforçar polarizações. Segundo Haraway (1995, p. 22) muitas correntes do feminismo tentam estabelecer bases teóricas para uma confiança espacial na perspectiva dos subjugados, ela argumenta a favor do conhecimento situado²⁹ e corporificado e contra várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis, “o mapa da resistência não é simplesmente a parte inferior do mapa da dominação” (Pile, 1997, p. 6).

Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação. As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes”. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento (Haraway, 1995, p. 22).

²⁹ Entendido também como a localização em um espaço cultural que inevitavelmente configura e modela a visão de mundo de cada pessoa (Baylina, 1997).

Compreendemos que a alternativa ao relativismo não é a totalização e a visão única que, finalmente, é sempre a categoria não marcada cujo poder depende de um sistemático estreitamento e obscurecimento (Haraway, 1995). A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e em conversas compartilhadas em epistemologia.

Portanto, uma pesquisa feminista³⁰ está comprometida metodologicamente com a reflexividade sobre as múltiplas localizações do pesquisador/da pesquisadora e suas interações no processo de investigação. Com a força da epistemologia e dos conceitos no sentido de abrir olhares para outras interpretações, não apenas trabalhar com a aplicação de conceitos nas realidades estudadas, mas sempre o tensionamento deles. Com os instrumentos metodológicos, o debate e a compreensão que a metodologia não é neutra no processo investigativo, alguns instrumentos são tendencialmente simplificados nos percursos de pesquisa – o que vejo em meu cotidiano enquanto docente – os debates metodológicos precisam ser fortalecidos na geografia.

Para os estudos de gênero, sob a perspectiva feminista, os instrumentos metodológicos, embora haja inúmeras combinações (necessárias inclusive) com a dimensão quantitativa³¹, devem também ter a dimensão qualitativa bem desenvolvida, de modo a apreender, reconhecer sensivelmente as experiências cotidianas das

³⁰ Que não é exclusivamente o estudo sobre mulheres, não que isso seja pouco, mas é uma perspectiva que propõe o fortalecimento, na geografia, de uma vertente que coexista com as que já existem na produção científica.

³¹ Ambas as frentes – qualitativa e quantitativa – se enriquecem reciprocamente e enriquecem a investigação (Baylina, 1997).

mulheres ou de qualquer outro grupo social pesquisado, suas espacialidades em suas múltiplas interseções diárias. Instrumentos capazes de produzir informações, a partir das relações com os próprios pesquisadores, em que podemos analisar também as subjetividades, as camadas mais profundas destes cotidianos vividos espaço-temporalmente.

Ainda que não tenha como finalizar...

Considero que a Universidade seja o lugar privilegiado para a construção do pensamento alternativo e libertador. Construir a autonomia de pensamento durante o processo de ensino e de pesquisa se coloca tão importante quanto se chegar aos resultados da própria pesquisa, neste percurso há um sujeito social em formação.

Retomando a posição de Massey em relação às geometrias de poder, que trata a produção científica, considero que o espaço acadêmico também pode ser compreendido pelas pessoas que fazem parte e produzem diariamente este espaço, dando conteúdos, sentidos e significados e produzindo outras geometrias de poder, capazes de impulsionar os grupos menos favorecidos em suas posicionalidades (Silva et al, 2017) e flexibilidade em relação às suas práticas de pesquisa, que envolvem os estudantes durante anos, seja na graduação, ou seja na pós-graduação. A ausência de corporeidade nas práticas investigativas, tanto dos que pesquisam quanto dos que são pesquisados (desde os trabalhos de campo às maneiras como comparecem nos textos), tende a reforçar saberes e vozes universalizantes, constituídas a partir de um lugar de fala hegemônico.

A epistemologia feminista tem interesse em um projeto de ciência que ofereça explicações ricas em pormenores, com relação crítica, reflexiva quanto às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (Haraway, 1995). Isso pode auxiliar na construção de conhecimentos “mais humanos” com capacidade de diálogo com aqueles que nos auxiliam a construí-los em suas vidas cotidianas.

Avalio a proposta feminista como uma prática ainda desafiadora, uma vez que contesta as próprias bases epistemológicas que são fortemente machistas, brancas e heterossexuais - e isso tudo é ocultado pelo discurso da neutralidade e objetividade científica. Contesta a formação básica dos estudantes, que quase sempre estiveram acostumados com essas objetividades, e o não comparecimento de determinados temas e discussões no âmbito educacional, muitas vezes visto como tabu ou mesmo desnecessário.

A perspectiva feminista, contesta a visão predominantemente econômica e formal, que ainda predomina fortemente nas análises geográficas, combinando outras formas de se produzir desigualdades em relação com a dimensão econômica, mas vão além, mostrando o quão complexa é a realidade socioespacial contemporânea, e essa complexidade não pode ficar “do lado de fora das universidades” e dos debates que travamos cotidianamente.

A oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (Scott, 1986), por isso a ausência das relações de gênero nos discursos geográficos ultrapassa a análise da presença feminina no exercício

profissional e deve avançar na compreensão das estruturas de poder decisório, capaz de manter a seletividade das características da Geografia Brasileira (Silva et al, 2009), tensionar isso, significa provocar as bases que mantêm as coisas como são e estão, significa provocar as relações de poder estabelecidas.

A perspectiva feminista sugere o gênero como uma categoria de análise em conjunção com classe e raça, como uma alternativa de chegarmos mais próximos, em nossas reflexões e pesquisas, das profundas e complexas camadas sociais que caracterizam a sociedade dividida em tantos eixos identitários, excludentes e opressores, que redefinem a todo instante as experiências espaciais e temporais das pessoas.

Por fim, no âmbito da necessidade de os estudantes não apenas estarem nos espaços acadêmicos, mas terem algumas questões levantadas e debatidas, destaco o Grupo de Estudos Dregs (Diversidade, Resistência, Educação, Gênero e Sexualidades). O grupo, formado por estudantes dos cursos de história, geografia e letras da UFMS/CPTL³², liderado pelos próprios alunos, se reúne quinzenalmente para debates de textos selecionados pelos próprios estudantes. Quando me procuraram para compor o grupo, relataram as ausências sobre estes debates na universidade e a relevância da presença destes temas nas aulas, nas conversas, em grupos de estudos, debates e pesquisas, principalmente nos cursos de formação de professores. Vejo que os estudantes têm a possibilidade de contestar quando há fagulhas para isso, as ausências são percebidas e não podem ser neutralizadas em um espaço universitário

³² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas.

democrático, público e amplamente ligado ao fazer social. Para muitos estudantes a universidade representa e exerce um papel mais amplo que a formação profissional, mas um espaço em que desenvolvem parte importante de suas sociabilidades cotidianas e essa dimensão importante da vida – sexualidade, questões de gênero, não podem ficar para o lado de fora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, K.; JACK, D. C. Learning to Listen: Interview Techniques and Analyses. In: GLUCK, Sherna Berger; PATAI, Daphne. **Women's words: The Feminist Practice of Oral History**. Nova York: Routledge, 1991, p. 11-26.

BAYLINA, Metodología cualitativa y estudios de geografía y género. **Departament de Geografia**, Universitat Autònoma de Barcelona, 1997. p. 123-138.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. IN: **GEOUSP**, São Paulo, v. 18, n.3, p. 472-486.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: Castro-Gómez, S. e Grosfoguel, R. (orgs.) **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013**. 2015. Dissertação (Mestrado) –Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, trajetórias acadêmicas de mulheres e homens e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro**. 2019. Tese (Doutorado) –

Doutorado em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FREITAS, Lídia dos Santos Ferreira; GONÇALVES, Eliane. Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista. In: **Cadernos Pagu**. N. 5, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1984.

HELENE, Diana. Entrevista. In: COSTA, Eduardo (Org.). **Perspectivas contemporâneas sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 79-89.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: **Cadernos Pagu**. N. 5, 1995. p. 7-41.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Edições Loyola 1992.

IRIGARAY, Luce. Le sujet de la Science est-il sexué? **Hypatia**, v. 2, n.3, 1987. p. 65-87.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LIMA, Elias Lopes de. **Encruzilhadas geográficas**: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

LINDÓN, Alicia. Corporalidades, emociones y espacialidades: hacia un renovado *betweeness*. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção. V. 11, n. 33, 2012. p. 698-723.

MASSEY, Doreen. Flexible sexism. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 9, n. 1, p. 31 – 57, 1991.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

MCDOWELL, Linda; SHARP, Joanne. **Space, gender, knowledge: feminist readings**. London: Arnold, 1997.

MILANI, Patrícia Helena. Contribuições da epistemologia feminista para as pesquisas geográficas. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 34, p. 125-150, 24 dez. 2021.

MILANI, Patrícia Helena; OLIVERI, Melissa Pereira. *Eu não encontrei tanta dificuldade, mas eu também sempre tive que ter um passo à frente*: Geografias Feministas e a Interseccionalidade de Mulheres. **Revista Ensin@ UFMS**, v. 3, n. 7, p. 98-117, 20 dez. 2022.

MONGIN, Oliver. **La condición urbana**: la ciudad a la hora de la mundialización. Buenos Aires: Editorial Paidós. Serie Espacios del Saber, 2006.

NEÜMAN, María Isabel. Construcción de la Categoría "Apropiación Social". In: **Quórum Académico**, 5(2), 3, 2008.

PILE, Steven. Introduction: opposition, political identities, and spaces of resistance. In: KEITH, Michael; PILE, Steven (ed.). **Geographies of resistance**. London: Routledge, 1997. p. 1-32.

RAMOS, Élvís; MILANI, Patrícia Helena. O corpo fora de lugar: de uma geografia dos indivíduos para uma geografia dos sujeitos. **GEOgraphia**, 24(52). 2022.

REA, Caterina. Pós-colonialidade, feminismos e epistemologias anti-hegemônicas. In: ;RODRIGUES, C., ANDRADE, D. S. V.; MANO, M. K, ZUCCO, ;M. C; ARAÚJO, J. (Org.). **Territorialidades**: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres. Salvador. 2018. p. 83-110.

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme. In: **Revista de Sociologia da USP**, Universidade de São Paulo. V. 10, n. 2. São Paulo: USP, FFLCH, 1989.

SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PERACETTA FILHO, Emilson; ROSSI, Rodrigo. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 38–62, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PRZYBYSZ, Juliana. O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para análise no Brasil. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs.). **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 85-115.

SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. “Não me chame de senhora, eu sou feminista”! Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. In: **Revista Geographia**. V. 19, n.40, 2017. p. 11-20.

SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PERACETTA FILHO, Emilson; ROSSI, Rodrigo. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 38–62, 2009. p. 38-62.

SILVA, Susana V. da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, n. 262. Barcelona: 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. IN: **Revista Cidades**. V. 13, n. 22, 2016. p. 101-114.

SOJA, Edward Willian. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Submetido em 28/10/2024

Aceito em 13/02/2025